

A MATERIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ALEGRE, POVOADO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU DA BAHIA¹

PEREIRA, Bruna Pires²
RIOS, Kássia Aguiar Norberto³

Resumo: O presente trabalho refere-se ao TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Este trabalho teve por objetivo analisar a partir do processo de formação socioterritorial do município de Itaguaçu da Bahia, as diversas formas em que a questão agrária se materializa/confirma na atualidade. Para tal, elencamos como recorte empírico-analítico a comunidade quilombola do Alegre. Algumas das inquietações que motivaram a construção dessa pesquisa foram: como a questão agrária se materializa no município de Itaguaçu da Bahia, a partir das comunidades quilombolas? Quais os processos de luta e resistência que envolve historicamente essas comunidades? Quais estratégias têm sido pensadas/efetivadas pelas comunidades na defesa de seus direitos? Para responder tais questionamentos, recorreremos metodologicamente, aos instrumentos e técnicas da pesquisa qualitativa e participante, o que inclui a observação, realização de entrevistas, oficinas, etc. As análises e discussões realizadas nos levaram a constatar as diversas formas com que a questão agrária se materializa no município, em especial através das comunidades quilombolas: concentração fundiária, invisibilidade histórica, conflitos territoriais, negação de direitos e falta de políticas pública.

Palavras-chave: Questão Agrária. Comunidades Quilombolas. Resistência.

Abstract: The present work refers to the TCC (Course Completion Work) of the Degree Course in Field Education with Qualification in Natural Sciences of the Federal University of Recôncavo da Bahia. This work aimed to analyze from the process of socio-territorial formation of the municipality of Itaguaçu da Bahia, the various ways in which the agrarian question materializes / confirms today. For such, we list as empirical-analytical cut the quilombola community of Alegre. Some of the concerns that motivated the construction of this research were: How does the agrarian question materialize in the municipality of Itaguaçu da Bahia, from the quilombola communities? What are the processes of struggle and resistance that historically involve these communities? What strategies have been thought / implemented by communities in defense of their rights? To answer such questions, we methodologically used the qualitative and participatory research instruments and techniques, including observation, interviews, workshops, etc. The analysis and discussions led us to note the various ways in which the agrarian issue materializes in the municipality, especially

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza.

² Discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Email: brunapirespp@gmail.com

³ Orientadora e Profã. Adjunta do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.. Email: kassiaros@ufrb.edu.br

through the quilombola communities: land concentration, historical invisibility, territorial conflicts, denial of rights and lack of public policies.

Palavras-chave: Agrarian Question. Quilombola Communities. Resistance.

1 INTRODUÇÃO

As inquietações motivadoras desta pesquisa nascem ainda no ano de 2015, durante a realização das atividades do Tempo Comunidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), momento ao qual construímos um Diagnóstico Rural Participativo no município de Itaguaçu da Bahia. Neste utilizamos ferramentas metodológicas como o Mapa da Comunidade, Diagrama de Venn e a Árvore dos Problemas e, entre os principais pontos de discussão apontados pela comunidade, destacou-se a questão da terra, ou melhor, a luta de centenas de camponeses para permanecer e sobreviver do e no trabalho no campo.

É importante ressaltar que em turmas anteriores do Curso de Educação do Campo utilizando estas mesmas ferramentas, surgiram outras questões que também nos remetem a questão agrária. A comunidade quilombola de Barreiros, teve como resultado a revitalização do rio verde, no qual foi tomado pelos latifúndios, e de tanto explorar ele está quase morrendo. Outro resultado significativo foi o do assentamento de reforma agrária Almas, no qual o resultado foi à necessidade da reafirmação de sua cultura. Ou seja, todas essas contradições nos levam a perceber a necessidade de existir a discussão sobre questão agrária nos diversos espaços da cidade de Itaguaçu da Bahia, ao longo deste trabalho será dialogado a necessidade gritante da afirmação/reafirmação da presença da questão agrária no território.

O município de Itaguaçu da Bahia encontra-se localizado no Território de Identidade de Irecê, Microrregião de Barra e tem uma população estimada em 13.209 habitantes de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (IBGE, 2010). Desse total, cerca de 19,69% habitantes residem na área considerada urbana e 80,33% na área rural, neste último destaca-se a presença de vários povoados, comunidades quilombolas, assentamentos, acampamentos, etc. Mesmo sendo o espaço de vida e reprodução social de centenas de famílias camponesas, as condições de trabalho, educação e saúde no campo ainda são consideradas bastante precárias. Portanto, foi observando o cenário de contradições e desigualdades vivenciadas pela população camponesa de Itaguaçu que buscamos desenvolver essa pesquisa.

É importante destacar que compreendemos estas contradições e desigualdades como uma das formas com que a questão agrária se materializa no município. De acordo com

Germani, a questão agrária envolve a “estrutura da propriedade da terra, representa a concretização no espaço da forma como os diferentes grupos atuam e se relacionam na sociedade”. Nesse sentido, a continuidade da concentrada estrutura agrária brasileira demonstra as contradições existentes no campo brasileiro, por vez marcada por desigualdades e conflitos (GERMANI, 2009, pág.7).

De acordo com Vespúcio (1984, pág. 94) consta que “na época do descobrimento, o Brasil era um lugar onde os habitantes viviam de maneira pacífica, estima-se que habitavam ali algo entre um e cinco milhões de pessoas. Américo Vespúcio dizia parecer estar perto do paraíso”. As terras não tinham dono e as pessoas viviam basicamente da agricultura. Cinco séculos depois, o que se observa é o país numa situação totalmente diferente, onde esses habitantes (os índios) foram quase todos exterminados e as terras estão aprisionadas nas mãos de poucos donos, pessoas que mandam no país, e explora os que chamam de trabalhadores.

Essas foram algumas das questões que motivaram a construção da pesquisa e fizeram despertar alguns questionamentos: O que aconteceu com a propriedade destas terras para que se chegasse a esse ponto ao qual os índios foram todos exterminados e a terra aprisionadas em mãos de pouco donos? Fazer esse questionamento faz-se importante, pois o tema “questão agrária”, mesmo sendo presente em toda história de Itaguaçu, é ainda, algo novo para a maioria da população local.

Compreendemos que para compreender/reafirmar a existência/permanência da questão agrária se faz necessário estudar a história e ter um olhar crítico do que ocorre.

Cabral com o poder da coroa do rei de Portugal D. Manuel I se apropriou das terras brasileiras, catequizou, explorou e escravizou os índios, etc. No município de Itaguaçu a história não se difere, pois de acordo com os entrevistados, as localidades que hoje conferem a poligonal do município eram habitadas por centenas de índios que foram escravizados nas fazendas da região. “Eles viviam fugindo, índio é bicho sem dono. Os índios que não aceitavam a troca de objetos insignificantes por sua força de trabalho tinham duas opções "o cativoiro" ou a fuga em direção ao interior” (Entrevista - morador do município, Pesquisa de Campo, 2019). Os que decidiram pela fuga foram formando os pequenos lugares (Aldeias) que hoje são os assentamentos, acampamentos, comunidades quilombolas e, por vez, demonstram a resistência desses grupos e reafirmação da questão agrária na região.

Ainda antes da promulgação da Lei de Terras, o Coronel Ernesto Augusto da Rocha Medrado adquirira de seu sogro, Capitão Félix Castelo Branco, uma vasta extensão de terras que inclui a totalidade do território quilombola de Itaguaçu da Bahia. É interessante notar a toponímia de várias das propriedades compradas pelo coronel, traçando um paralelo com

2013: Fazenda Conceição, Sítio Alegre, Sítio d'Ágoa Quente, Fazenda Vacaria e Amores ainda são termos utilizados. O primeiro topônimo provavelmente fora o principal núcleo de trabalho escravo na região, e é narrado hoje como origem da maior parte das famílias de Alegre e de Barreiros. Os demais são seções do território tradicionalmente ocupado.

O município de Itaguaçu foi criado em 1989, desmembrado de Xique-Xique. A sede escolhida foi a Vila Tiririca, distrito de Xique-Xique desde 1900, renomeada Itaguaçu da Bahia no ato da emancipação. Conta com uma população de 13.209 habitantes e possui diversas comunidades quilombolas, acampamentos e assentamentos de reforma agrária. É nitidamente um município de produção majoritariamente agrícola, porém de forma muito informal, o que se traduz na participação da arrecadação municipal de apenas 7% em sua receita tributária disponível (TCM, 2013). O rendimento nominal mediano mensal per capita na área rural é de somente R\$ 160,00 reais. Seu principal efetivo pecuário é o bovino, apesar de extensa atividade também de suinocultura, caprinocultura, ovinocultura e avicultura. As lavouras de maior valor produtivo total são o tomate, a cebola, o sorgo e a mandioca, porém também se produz bastante milho, feijão, e mamona. (IBGE, 2012).

Nesta pesquisa elencamos como recorte empírico analítico a Comunidade Quilombola do Alegre, certificada desde o ano de 2004 pela Fundação Cultural Palmares e na luta desde então, pela regularização do seu território. As comunidades quilombolas, em geral, são compostas por descendentes de pessoas que foram escravizadas e que mantêm, até os dias atuais, a cultura, a identidade, os costumes e a tradição cultural dos seus antepassados. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto Art.4.887/2003).

A comunidade do Alegre possui cerca de 43 famílias que sobrevivem diretamente da Agricultura camponesa. Mesmo sendo certificada enquanto comunidade quilombola e tendo seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, na Convenção 169 da OIT, na Política de Povos e Comunidades Tradicionais, etc., o que se observa é um histórico de desigualdades, contradições e negação de direitos básicos.

Cabe pontuar que, nesta pesquisa compreendemos as contradições e desigualdades vivenciadas pelos povos do campo, a exemplo das comunidades quilombolas, como uma das dimensões com que a questão agrária se materializa no município. De acordo com Germani (2009, pág. 117), a questão agrária envolve a “estrutura da propriedade da terra, representa a concretização no espaço da forma como os diferentes grupos atuam e se relacionam na

sociedade”. Portanto, a continuidade da “concentrada estrutura agrária brasileira demonstra as contradições existentes no campo brasileiro, por vez marcada por desigualdades e conflitos (GERMANI, 2009, pág. 119).

Nesse sentido, analisar as diversas formas com que a questão agrária se materializa/confirma na atualidade em Itaguaçu da Bahia, a partir da Comunidade Quilombola do Alegre significa compreender o contexto histórico de onde surgem os inúmeros desafios e conflitos sócio territoriais, vivenciados pela comunidade.

Nosso questionamento central é: Quais as especificidades que envolvem a permanência da questão agrária no município de Itaguaçu da Bahia, em especial no que se refere a luta histórica das comunidades tradicionais quilombolas presentes no local. Para tal, traçamos como objetivo analisar e compreender a partir do processo de formação sócio territorial e da luta histórica das comunidades tradicionais quilombolas presentes no município de Itaguaçu da Bahia, as especificidades que envolvem a questão agrária presente no local.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: OS CAMINHOS DA PESQUISA

As inquietações para a realização deste trabalho surgiram a partir do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que foi realizado na cidade de Itaguaçu da Bahia, como o qual foi constatado que um dos problemas existentes historicamente no município é a permanência da questão agrária.

A metodologia empregada na construção desse trabalho também teve como base os instrumentos e técnicas da pesquisa qualitativa e participante, cujos instrumentos de coleta de dados foram à entrevista narrativa, oficinas temáticas e rodas de conversa. Nossa pesquisa se enquadra como uma pesquisa de abordagem qualitativa, por possibilitar melhor apreensão da multiplicidade dos sentidos, ou seja, ajudar na compreensão do mundo dos sujeitos e entender os fenômenos segundo as perspectivas dos participantes colaborando a interpretação dos fenômenos estudados. (LUDKE E ANDRÉ, 1986; MOREIRA, 2004).

A utilização das entrevistas narrativas se justifica, pois segundo Muylaert et. al. (2015) nas entrevistas narrativas se considera que nossa memória é seletiva, lembramos daquilo que “podemos” e alguns eventos são esquecidos deliberadamente ou inconscientemente. Nessa perspectiva, o importante é o que a pessoa registrou de sua história, o que experienciou, o que é real para ela e não os fatos em si (passado versus história). Para a coleta de dados foi necessária a realização de entrevistas com diversos idosos do município, pessoas que tenham

histórico de atuação direta/indireta no desenvolvimento do local. “Não partilhamos apenas histórias, memórias, partilhamos vida, dividimos saberes e conhecimento” (Depoimento entrevistado – Pesquisa de Campo, 2017).

Desse modo, a narrativa foi construída com base nas entrevistas colhidas com as pessoas da comunidade. Os critérios de seleção das pessoas entrevistadas foram categorizados da seguinte forma: idade, envolvimento em processo considerado históricos, militância, participação em movimentos sociais, etc.

Nas entrevistas buscamos resgatar desde a época em que o município era chamado de Tiririca do Capitão Luizinho e pertencia à cidade de Xique-Xique, nos anos 1900 passando por sua emancipação no ano de 1989 até alguns recortes históricos dos dias atuais.

Assim as narrativas se tornam fontes orais e documentais sendo essas narradas entendidas como “pessoa-fonte”. Entendemos como pessoa-fonte aquela que pelo conhecimento adquirido ao longo dos anos, conquistou competências específicas, pois o testemunho oral de pessoas presentes em eventos suas percepções e análises podem esclarecer muitos aspectos ignorados e indicam fatos inexplorados do problema. (CHIZZOTTI, 2003, p. 17).

No que se refere à pesquisa participante, destacamos que esta consiste num “instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 53).

Ainda de acordo com o autor, não existe um modelo único de pesquisa participante, ela se origina e se reelabora dentro de cada realidade investigada. Nas rodas de conversa e oficinas temáticas, buscamos a partir da participação dos moradores da comunidade, discutir as temáticas: questão agrária, formação sócio territorial, comunidades quilombolas, etc. Através desses momentos foi possível, além de identificar e compreender as diversas formas com que a questão agrária se materializa na comunidade, discutir com os participantes o cenário histórico que envolve o município e a importância das ações de luta e resistência das comunidades. Fato que potencializou o caráter formativo da ação.

Na primeira oficina foi apresentado o tema questão agrária, optamos por fazer uma reunião na Associação, por compreender que ali se instala um espaço de resistência, vivência, e participação da comunidade. O nome da associação é Associação Firmino Pereira Gomes, em homenagem ao primeiro morador da comunidade. No evento estavam presentes pessoas da comunidade, os associados, algumas pessoas das comunidades Vizinhas, e alunos do curso

de licenciatura em educação do Campo. Houve a participação de todos, as conversas/respostas foram surgindo a partir dos questionamentos.

Iniciamos o momento falando sobre questão agrária, trouxemos exemplos de várias lutas dos camponeses por terra, por espaço de ser e existir e evidenciamos ainda a questão quilombola, visando abordar a realidade e história da comunidade local. A partir disto, solicitamos que os presentes contassem um pouco da história, como a comunidade se desenvolveu e como ela está hoje.

Figura 1. Imagem da Oficina de Questão Agrária realizada na Comunidade do Alegre, Itaguaçu da Bahia, 2019.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Na segunda oficina: História e Memórias da Comunidade discutimos os aspectos e condições sociais e materiais da comunidade. Nesse momento optamos por explicar o que é índice de GINI no intuito de mostrar como a questão agrária se materializa. Tal momento foi de suma importância para que a comunidade conseguisse ver e expor o histórico de contradições e exclusão social que vivencia há séculos. Tomando como ponto de partida o Índice de Gine e buscando conhecer a realidade por trás dos números, conseguimos compreender como a formação sócio territorial de Itaguaçu materializou a questão agrária presente no local, por vezes também reafirmada na luta histórica das comunidades tradicionais quilombolas ali existentes, a destacar a comunidade do Alegre.

Figura 2. Imagem da Oficina de Questão Agrária realizada na Comunidade do Alegre, Itaguaçu da Bahia, 2019.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Na última oficina, denominada Mapa da comunidade foi confeccionado um mapa mental, no qual foi possível estabelecer um diálogo entre educação do campo e a questão agrária.

[...] Relação entre sujeitos e atores coletivos em sua transformação em movimentos sociais, a partir de uma tripla dimensão das redes na sociedade contemporânea: social, espacial e temporal. As redes sociais do cotidiano, bem como as redes de movimentos sociais, podem contemplar uma relação dialógica entre o tradicional e o moderno, entre o mais local e o mais global, e entre o individual e o coletivo. Para a compreensão deste intrincado cenário das redes, é que três dimensões de análise das redes devem ser consideradas: o tempo social; o espaço e território; e as formas de sociabilidade (SCHERER-WARREN, 2006, p. 122).

A oficina desenvolvida com a comunidade partiu da realização de mapas mentais, no qual esses sujeitos puderam expressar-se a partir da sua percepção, quais as principais características que envolvem o seu espaço de vivência. Para tal exercício, partimos da noção de lugar para os sujeitos do campo: “o conceito de lugar é um espaço onde o homem está inserido, mantendo relações sociais, nos fazendo refletir sobre o nosso papel no mundo” (WIZNIEWSKY, 2010, p. 32).

Através dessa discussão foram levantados alguns pontos: áreas utilizadas para agricultura, área ocupada pelas grandes propriedades, território quilombola, tipos de cultivo, hidrografia, rodovias, etc. Nesse levantamento os participantes iam reconstituindo a forma

com que pó território local foi sendo ocupado no decorrer dos séculos, ou seja, resgatando o processo de formação sócio-territorial local.

Além das oficinas desenvolvemos a observação participante, realizamos entrevistas e, também algumas rodas de conversa. As entrevistas foram realizadas com moradores antigos da comunidade do Alegre no intuito de conhecer a história da comunidade. Foram realizadas entrevistas coletivas e individuais, pois algumas pessoas muito idosas não tinham a flexibilidade de se mover, então foi necessário nos organizar para que chegássemos até esses idosos, ao todo foram realizadas seis entrevistas com um total de cinquenta pessoas, a soma das pessoas que faziam parte da associação comunitária, e as demais pessoas da comunidade.

Já as rodas de conversa foram realizadas na associação local. Para esses momentos foram convidadas os idosos da comunidade, assim como lideranças locais.

O caminho descrito permitiu a construção desta pesquisa, que se encontra estruturada em 6 tópicos. O primeiro tópico é uma introdução, neste tópico é apresentado resumidamente do que se trata esta pesquisa, apresentando o tema delimitação, e a problemática que está em análise, neste tópico é esclarecido também os objetivos desta pesquisa.

O segundo tópico refere-se à metodologia utilizada, e organização dos passos a serem seguidos para que pudesse se chegar ao objetivo elencado na pesquisa. O terceiro tópico traz a análise de autores que debatem sobre o tema questão agrária, neste tópico é supracitado um histórico de resistência que descreve desde o Brasil e sua formação de desigualdade e segregação, até a Bahia, esse foi necessário para que possamos chegar até a comunidade onde foi realizada esta pesquisa.

No quarto tópico apresentamos uma contextualização do processo de formação histórica de Itaguaçu da Bahia, nele podemos identificar as diversas formas com que a questão agrária se materializa/confirma. O índice de Gini traz uma realidade gritante de contradição, 0,93, considerado muito forte. Além disso, a comunidade possui, 3 acampamentos com cerca de 97 famílias, 7 assentamentos de reforma agrária com aproximadamente 448 famílias e 4 comunidades tradicionais certificadas enquanto quilombolas, porém nenhuma com o título de regularização territorial (GEOGRAFAR, 2018).

O quinto tópico aborda o histórico de desigualdades da comunidade quilombola do Alegre, este tópico vem explorar o modo de vida e situação em que as pessoas desta comunidade vivem, ele traz questões como, modo de vida, situação de saúde e educação, direitos básicos para uma vida digna. Esse tópico vem reafirmar a presença da questão agrária em Itaguaçu da Bahia e afirmar a desigualdade por qual passa as pessoas que vivem em

territórios quilombolas, além do histórico de luta e resistência por qual passa as pessoas desta comunidade. No sexto, finalizamos a pesquisa com algumas considerações finais.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOTERRITÓRIAL DO BRASIL E DA BAHIA: ALGUMAS REFLEXÕES

Consta que na época do descobrimento, o Brasil era um lugar onde os habitantes viviam de maneira pacífica, estima-se que habitavam ali algo entre um e cinco milhões de pessoas. Américo Vespúcio dizia parecer estar perto do paraíso. As terras não tinham dono e as pessoas viviam basicamente da agricultura. “Américo Vespúcio, na sua carta de 1502, escrevendo sobre as maravilhas encontradas, disse pensar estar perto do paraíso terrestre” (VESPÚCIO, 1984, pg. 69).

De acordo com Germani, 2006, pag. 115, “naquela terra já habitavam moradores e seus descobridores os chamaram de índios, viviam em um estado que não era dos mais desenvolvidos”. Estavam organizados em comunidades autônomas cuja identidade se definia por falar uma determinada língua e compartilhar os mesmos costumes, viviam basicamente da caça, da pesca e de colher frutos. Ou seja, eles trabalhavam em comunidade, não visavam riqueza, tiravam da terra apenas aquilo que lhe fosse necessário para sua sobrevivência. Consta que no tempo livre os índios praticavam atividades rudimentares, como o plantio de mandioca e o milho, esse costume os agricultores herdaram dos índios.

Em 1530, o rei de Portugal adotou providências para a ocupação do território brasileiro. Apesar da grande motivação pela posse de terras, somente doze pessoas se atreveram a se juntar ao rei e entrar na divisão de terras. O sistema adotado foi a das capitanias hereditárias, consistiu em dividir o território brasileiro em 12 setores lineares com largura que variavam entre 30 e 100 léguas, esses setores foram denominados de capitanias e o sobrenome os donatários, a quem receberam grandes regalias, e tinham o poder, e bastante dinheiro para implementar engenhos, e obter muitos escravos. Segundo Guimarães

[...] entravam em jogo agora, interesses e objetivos diferentes da simples aventura da conquista que haviam empolgado os traficantes e mercadores. Não se tratava apenas de vir buscar e transportar para os mercados da Europa os frutos do continente descoberto e sim de fundar aqui novas fontes de riquezas com a ocupação e exploração de terra (GUIMARÃES, 1977, p. 11)

O Brasil agora passa a ser assumido não apenas como um lugar de exploração, mas de ocupação de terras, aí a coroa portuguesa toma posse de um território que não é seu, mas se faz de dono e a exploração é intensa. “O instrumento legal para a distribuição de terras das terras brasileiras foi o a lei das Sesmarias, sendo esse o núcleo que deu origem ao direito agrário brasileiro” (GARCEZ; MACHADO, 1985, pág. 30).

Desde 1375, o Rei de Portugal D. Fernando, determinava que as terras inexploradas devessem ser tiradas de seus donos e entregue a quem dispunha de condições para cultivá-las. Logo as sesmarias foram substituídas pelos engenhos, uma unidade produtora autônoma e forte. Como afirma Guimarães (1977, p. 45) “foi a implantação do cultivo da cana-de-açúcar o que conformou nos primeiros momentos da colonização, o regime de terras e ainda toda a sociedade que sobre ela se erguia”.

Outro mecanismo existente foi o dos matrimônios intra-familiares e a posse de terra indivisa, incomum entre os herdeiros. Como escreve Martins, “esta é uma forma clara de desigualdade que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos” (MARTINS, 1981, p. 35). ou seja, fica claro que a coroa não quer doar terras aos camponeses, o objetivo sempre foi aumentar suas próprias riquezas, e a maneira mais fácil para eles, foi a obtenção de terras, tomadas “legalmente”.

Portugal não dispunha de mão de obra suficiente para servir nas terras brasileiras, nem a emigração do europeu foi o suficiente, o índio já não aceitava a troca de objetos insignificantes por sua força de trabalho, ele tinha duas opções o cativo ou a fuga em direção ao interior. Esses que decidiram a fuga foram formando os pequenos lugares (Aldeias) e as novas cidades. Começa agora uma nova fase, que foi a compra, importação e exploração dos escravos africanos, essa foi a força de trabalho de todo o sistema implantado na colônia: nos engenhos, nas minas de ouro e nas fazendas de algodão e café, eles eram tidos como animal, mercadoria, a Igreja dizia que eram seres sem almas.

Com o desenvolvimento da economia colonial estruturaram-se basicamente dois setores produtivos: o de bens coloniais exportáveis, principalmente do açúcar e tabaco, e a outra a gêneros alimentícios a população local. Mas a economia esteve ligada sempre ao primeiro setor fazendo com que o resto torna-se secundário. Quando ocorreu a abolição das sesmarias as áreas ocupadas foram aumentando, formando assim grandes latifundiários.

Veio então a implantação das Leis de terras que tinham o intuito de mudar significativamente o sistema de propriedade da terra, no artigo 1º, declara que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.” No artigo 2º, “os que se apossarem de terras devolutas ou alheias, e nelas derrubarem matos e lhes puserem fogo,

serão obrigados a despejo, com a perda de benfeitorias, e demais sofreram a pena de dois anos e seis meses de prisão e multa de 100\$, além de satisfação do dano causado”. Dois artigos também tiveram mudança significativa, o art. 11 obrigava os ocupantes a tirar títulos dos terrenos, que, por efeito da dita lei, lhes pertencia, sem eles não poderão hipotecar os mesmos terrenos, nem aliená-los por qualquer modo. O art. 14 autorizava a vender as terras devolutas em leilão publico. As terras então se transformavam em mercadoria própria e somente para o capital, significando o cativo para o trabalhador livre. Como afirma Martins (1985, p. 104), “no Brasil o fim do cativo do escravo coincide também com o começo do cativo da terra”. Após a abolição os capitalistas precisavam de mão de obra, e se todos tivessem terra e produzisse para si, não haveria ninguém que aceitasse trabalhar nas terras alheias.

De acordo com Graziano da Silva (1980, p. 25-26), “a Lei de Terra tem uma importância crucial na história brasileira na medida em que, através dela, se institui, juridicamente, uma nova forma de propriedade da terra: a que é medida pelo mercado”. A Lei de Terras foi feita pôr os donos do capital, e servia somente a eles, o seu principal objetivo nunca mudou o sempre de se enriquecer.

Em 15 de novembro de 1889, houve um golpe contra a monarquia, os republicanos, e contra a classe das fazendas de café que alterou o regime político do país e deu início a uma república velha ou primeira república. A partir dessa data os estados foram adotando em sua legislação de terra os princípios básicos das leis de terras de 1850. Esses acontecimentos deram início a grandes conflitos, primeiro dentre os fazendeiros, e depois entre os ocupantes de terras.

A constituição de 1946 mantinha o direito a propriedade e estabeleceu em seu art. 147 que “o uso da propriedade será condicionada ao bem-estar social”. A tentativa do então presidente João Goulart de retirar da legislação a necessidade de pagamento prévio e em dinheiro é considerado como uma das causas da sua destituição do poder, através de um golpe militar que estabeleceu de forma ditatorial no país, em março do mesmo ano.

Foi no primeiro governo militar de Castelo Branco, que modificou e acabou com os limites impostos na forma de pagamento da expropriação de terras presente no Art. 141, da constituição de 1946. Outro aspecto importante é que se diferenciaram também as propriedades urbanas da rural, permitindo que essa última fosse expropriada em títulos especiais da dívida pública.

A lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964, denominada estatuto de terra, esta regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da

reforma agrária e promoção de política agrícola. As desapropriações só serão realizadas nas áreas onde houvesse tensão social.

Nas últimas décadas do século XX houve um processo muito rápido de modernização da agricultura. É como se aquilo que antes era agricultura fosse se dividindo e se mecanizando em uma crescente massa, a agricultura é hoje uma máquina que importa e exporta ao mesmo tempo. Esse processo de modernização da agricultura foi extremamente desigual, os pequenos produtores não tiveram acesso às facilidades de crédito. Esse desdobramento vem numa corrida crescente e nem todos partiram do mesmo ponto, e não estavam na mesma situação, sendo assim essa foi uma corrida desigual, que vem favorecendo aqueles que partiram de grandes máquinas.

Nos anos de 1980 três tendências começam a se manifestar, a primeira tendência é a constituição desses complexos agroindustriais, os capitais bancários, industriais, e agrários, começam a se entrelaçar formando um só complexo, um exemplo claro disso são os grandes bancos como, Bradesco, Itaú, entre outros.

A segunda tendência seria a redução do papel da pequena produção nesse processo de desenvolvimento capitalista. A partir da década de 70 a pequena produção vem perdendo rapidamente o seu lugar no espaço da agricultura. Essa mesma pequena produção perde também seu poder de mercadoria, pois os produtos típicos brasileiros vêm decaindo cada vez mais ao longo do tempo, conseqüentemente quem passa a alimentar o cidadão brasileiro não é mais a agricultura, e sim as grandes indústrias.

A terceira tendência começa a se delinear mais claramente a partir dos inícios dos anos de 1980, a redução da época do trabalho temporário. Nas décadas de 60 e 70, a mão de obra crescia cada vez mais em função de uma maior variedade de adubação. Em 83 houve uma redução drástica dessas demandas na força de trabalho, isso ocorreu por conta da substituição da cultura pela mecanização, mão de obra camponesa por máquinas. Portanto, o trabalhador assalariado tem hoje menos oportunidades de trabalho. Nos anos de 1970 o trabalhador em São Paulo tinha um dia de trabalho para um dia sem trabalho, hoje esse trabalhador tem um dia de trabalho para dois sem trabalho.

A reforma agrária desde a década de 80 é uma necessidade do trabalhador rural, porém esses trabalhadores estão cada vez mais isolados nessa luta, uma luta contra a exclusão social do trabalhador rural. Antes o camponês saía do interior para a capital, a procura de melhoria de vida, então ele trabalhava nas grandes metalúrgicas, hoje o processo é outro, o camponês que é expulso da sua terra, ele vai se alojar em periferias, ou nas pontes das grandes cidades.

Hoje cinco séculos depois do descobrimento, ao ver toda essa má divisão territorial brasileira, todo esse cenário de desigualdade social, é necessário a urgência de uma reforma agrária. Os camponeses, os descendentes de índios e escravos, são hoje os marginalizados sem-terra, são os que lutam por um lugar onde eles possam ser e existir.

A produção dessas terras está concentrada em apenas oito mercadorias, milho, óleo, arroz, canola, soja, girassol, cana-de-açúcar, e floresta plantada. Em 2008 a área cultivada em matéria-prima era duas vezes maior que em 2004, segundo Mesquita (2011) está na Amazônia a lógica do crescimento via extração. Ainda segundo o Banco Mundial existem três fatores que influenciam a expansão da produção agrícola, são elas: demanda por alimentos, matéria-prima, deslocamento da produção de mercadoria. O que a pesquisa não cita são os investimentos especulativos, que é o menor custo de terra em zona de fronteira, e ausência de impostos governamentais.

Há três momentos requerentes por terra, governos preocupados com a demanda interna, empresas financeiras que acham vantagens comparativas na aquisição de terra, e empresa de setor, que procuram expandir seus negócios. Essas demandas de crescimento excessivo por terra não vai diminuir nos anos seguintes. Apenas a busca por alimento funciona como justificativa, escondendo processo de concentração de setor, na Amazônia por exemplo, amplia o uso de mecanismo ilegais como o de grilagem.

Há vários grupos que lutam para conseguir seus direitos, entre eles estão, negros, quilombolas, indígenas, assentados, acampados, ribeirinhos, caiçaras, entre outros grupos do campo, resultado dos movimentos sociais que, apesar de ter muitos dos seus direitos arrancados, também tiveram grandes conquistas, agregando novos elementos no meio rural, criando uma nova ruralidade. A luta por território materializa da resistência de comunidades tradicionais, essas comunidades resistem aos avanços, e por esse motivo muitos à percebem como comunidade de atraso. Segundo Mossey (2008, p.29) “existem três definições sobre espaço, espaço como produto de inter-relação, espaço da existência da multiplicidade, e espaço onde sempre se reconstroem e/ou sempre está em construção”.

Sendo assim território é formador do Estado, e o Espaço tem um lugar significativo como produto de inter-relação. É preciso ainda romper a distinção entre lugar e espaço, é necessário problematizar a distinção entre as noções de terra e território. O maior desafio agora é impedir o êxodo rural-urbano, para José Graziano da Silva, “a luta pela terra não é o único caminho viável, deve-se procurar outros caminhos”.

De acordo com Fernandes, “a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e desistir contra a expropriação. A resistência do campesinato

brasileiro é uma lição admirável. Em todos os momentos da história os camponeses lutam para entrar na terra. Lutam contra o cativo, pela liberdade humana”. Durante a história se tem relatos das mais diversas lutas e resistência dos camponeses para permanecer da terra. Alguns exemplos são o Cagaço, a guerra de Canudos, Palmares, MST, são intensos os movimentos e infelizmente vem contra eles o sistema, causando mortes. “Nesses cinco séculos é impossível dissociar as ocupações de terras da intensificação da concentração fundiária” (Fernandes, p. 1).

Esse é considerado um dos maiores problemas do Brasil, e o chamamos de Questão Agrária. Nesse século as lutas se mostram mais frequentes, a prova disso são os espaços de resistência, os acampamentos, assentamentos de reforma agrária, associações comunitárias, todos esses espaços são provas da resistência da luta camponesa, luta pela terra, sobrevivência e principalmente são espaços de vivências de união. Um cenário presente em todo país, a exemplo do Estado da Bahia, ao qual discutiremos alguns pontos a seguir.

3.1 QUESTÃO AGRÁRIA NA BAHIA

De acordo com Germani, 2010, pag. 1,2, parte-se do pressuposto de que o espaço geográfico deve ser analisado em sua totalidade, e que, nesse contexto, o campo expressa uma intensa conflitualidade territorial dados pelos interesses antagônicos entre os agentes hegemônicos do capital, o Estado, as organizações e os movimentos sociais de luta pela/na terra. Um exemplo forte que cada vez mais afirma a presença da questão agrária no Brasil, em especial na Bahia, é o número de espaços de resistências e conseqüentemente a frequência com que acontece as várias disputas por terras, na maioria das vezes entre trabalhadores que lutam para residir e sobreviver na/da terra, e fazendeiros, grandes latifundiários que detém o poder e liderança das terras.

Segundo Germani, 2010, pag. 2-3, “Identifica-se também como estado, através de suas públicas tem buscado novos artifícios para evitar os enfrentamentos dessas questões”. Isto fica muito claro no recente empenho governamental, para a implantação da política de desenvolvimento territorial (PDT), em especial no estado da Bahia onde, paradoxalmente as questões dos conflitos territoriais perdem o foco. Enquanto isso as políticas de terras de crédito fundiário gerida pelo estado, enriquecem cada vez mais os grandes fazendeiros.

Temos hoje dois grandes institutos de pesquisa da terra que podem nos confirmar através de dados a permanência da questão agrária, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, e Instituto de Colonização da Reforma Agrária. Nele podemos trazer as

afirmações do encandeamento de negação do acesso à terra e conseqüentemente do acesso à vida.

A leitura destes dados para o estado da Bahia com base no Censo de 1995 indica que 57,48% dos estabelecimentos estão no grupo de área de menos de 10 ha e detém 4,60% da área enquanto que 0,51% dos estabelecimentos estão acima de 1.000ha e detém 45,32% da área. Os dados do Censo de 2006 indicam que o grupo de área de menos de 10 ha manteve-se quase inalterado, correspondendo a 57,31% dos estabelecimentos e detendo 4,68% da área, enquanto o grupo de área acima de 1000ha registrou uma ligeira queda passando a representar 0,45% dos estabelecimentos, correspondendo a 35,61% (IBGE, 1995/96 e 2006). Estas alterações ainda carecem de análise mais detalhada e realizada em conjunto com os outros extratos (GeografAR, 2018).

Para confirmar cada vez mais esses dados e reafirmação da má distribuição de terras temos a utilização do Índice de Gini esses dados são de uma série de 1920 a 1995/96. constituição de novos municípios – de 151 municípios, em 1940, até 417 municípios, em 2006 –, quer dizer, a divisão política e administrativa do território, correspondeu a um aumento na concentração da propriedade da terra. Durante este período não se encontrou nenhum município com concentração nula a fraca (abaixo de 0,25). Em 1940, tinha-se 30 municípios que apresentavam uma concentração de fraca a média, correspondendo a 19,87% (GeografAR, 2018).

Em 1996, este número diminuiu para seis municípios, que correspondendo a 1,45% do total dos municípios e em 2006 apenas um município (Serra do Ramalho) apresentava concentração de fraca a média, correspondendo a 0,23%. Os municípios com Índice de muito forte a absoluto passaram de 2, em 1940, para 15 (3,61%), em 1995 e para 19 (4,55%) em 2006. Em 2006, vamos encontrar que 283 dos 417 municípios, correspondendo a 67,87%, apresentam um índice de concentração de forte a muito forte (GeografAR, 2018).

Na Bahia se constitui em cada município da luta pela terra manifestada nos 348 Acampamentos de trabalhadores rurais sem terra; 468 projetos de assentamento de Reforma Agrária; 111 áreas adquiridas através do Programa Cédula da Terra e 158 do Crédito Fundiário. E da luta na terra empreendida pelos povos e comunidades tradicionais manifestadas nas 422 comunidades de Fundo e Fecho de Pasto; 900 Comunidades Negras Rurais e Quilombolas identificadas, 600 comunidades tradicionais pesqueiras e 25 Terras Indígenas (GeografAR, 2018).

Nesta pesquisa daremos destaque às comunidades quilombolas, uma vez que a comunidade do Alegre é certificada pela Fundação Cultural Palmares desde o ano de 2004 e desde então se encontra na luta pela regularização do seu território.

A formação do quilombo no Brasil ocorre a partir de um modelo escravista, como estratégia de fuga e “libertação” dos senhores dos engenhos. Após fugir dos engenhos, sem terra e sem trabalho (a não ser a escravidão), a única alternativa encontrada pelos escravos era o esconderijo nas matas, onde acabavam estabelecendo moradia e se aglomerando em pequenos núcleos, estes que vieram a ser conhecidos enquanto quilombos.

De acordo Santos (2008, p 31) “o quilombo enquanto instituição sociopolítica e militar é resultado de uma longa história envolvendo regiões e povos. É uma história pelo poder, decisões dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios.”

O quilombo era um espaço em que os ex-escravos reafirmavam sua cultura, seu modo de vida comunal e coletivo, e também sua religiosidade. As relações próximas propiciadas pela vida no quilombo reafirmavam suas identidades pelo compartilhamento de símbolos, valores e costumes comuns. A possibilidade de assumir sua identidade permitia ao indivíduo, colocar-se em uma posição ativa de resistência, luta e discordância com o tratamento de submissão e exclusão imposto aos escravos (FURTADO et al, 2014, pág.10).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Convenção 169 da OIT, a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – Decreto 6040/2007 e o Decreto 4.887/2003⁴, as pessoas que sobrevivem nesses quilombos são consideradas enquanto comunidades tradicionais quilombolas. “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto Art.4.887/2003).

O conceito Comunidades Negras Rurais Quilombolas incorpora as chamadas terras de preto, terras de santo, mucambos ou quilombos. São comunidades formadas predominantemente por negros e ocupam terras na área rural. São os laços de consanguinidade e de familiaridade que permitem a utilização de áreas de forma individual e coletiva. Trata-se de estratégias desenvolvidas no processo histórico de adaptação ao ambiente, concomitante com práticas de proteção aos recursos naturais disponíveis (GERMANI; AMORIM, 2005, p. 797).

⁴Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

É importante ressaltar que reconhecemos a temporalidade e as características de muitos quilombos formados no país, entretanto, compreendemos o “ser quilombola” também enquanto uma identidade socialmente construída que reafirma até os dias atuais as contradições existentes no processo de formação territorial do país e a materialização da questão agrária (RIOS, 2017 - Notas de orientação). Contradições estas que permanecem até os dias atuais. Pois se durante séculos, a luta desses grupos foram para resistir à exploração dos senhores dos engenhos e através de fugas se estabelecerem em outros lugares, hoje a luta é pela permanência nos territórios conquistados (RIOS, 2017 - Notas de orientação).

No artigo art. 68 da Constituição Federal de 1988, define-se que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Destaca-se também o Decreto 4.887/03 e a Instrução Normativa nº57 do INCRA que regulamentam o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Na esfera estadual existe a Lei nº 12.910/201353 que dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e o Decreto nº 15.671/201454 que dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial do Estado da Bahia e regulamente o acesso à terra de comunidades remanescentes de quilombos, por meio de regularização fundiária (DECRETO 15.671/2014).

Mesmo possuindo seus direitos reconhecidos, a efetivação da lei consiste há décadas numa das maiores contradições que envolvem as comunidades tradicionais quilombolas. Das 900 comunidades quilombolas identificadas na Bahia, cerca de 743 são certificadas e mais de 300 “encontram-se com processo de regularização territorial em tramitação no INCRA, sendo que apenas 18 possuem o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo (CDRU) e nenhuma possui o título definitivo de propriedade da terra” (RIOS, 2017, pág. 190). Para Santos “a presença de comunidades quilombolas na Bahia é um traço marcante na configuração da questão agrária e territorial do estado na contemporaneidade” (SANTOS, 2013, p.1).

Em Itaguaçu da Bahia, a exemplo da comunidade tradicional quilombola do Alegre esse cenário é reafirmado diariamente, seja pela concentração fundiária, pelas contradições, pela falta de políticas públicas as comunidades tradicionais e, principalmente pela negação e não efetivação de seus direitos.

4 DA ANÁLISE DO CONCEITO A MATERIALIDADE TERRITORIAL: QUESTÃO AGRÁRIA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO TERRITORIAL DE ITAGUAÇU DA BAHIA

Itaguaçu da Bahia é um município que se encontra localizado no Território de Identidade de Irecê e possui uma população de 13.209 habitantes distribuídas numa área territorial de 4.451,2 km². A distância à Salvador é de aproximadamente 550 km. O município é formado por 03 distritos e aproximadamente 70 povoados, dentre eles 04 são comunidades remanescentes de quilombos: Alegre, Barreiros, Alto do Bebedouro e Cajueiro. O município de Itaguaçu da Bahia faz limite com as Cidades de Sento Sé, Jussara, Central, Ibipeba, Gentio do Ouro e Xique-Xique (Figura 3).

Caracterizada como região semiárida e por diversificação climática intensa, a área compreendida é influenciada por vários fatores, tais como diferentes sistemas de circulação, posição geográfica, relevo, temperatura, dentre outros; destacando-se a precipitação pluviométrica variada como principal fator desta característica.

Figura 3: Mapa de Localização de Itaguaçu da Bahia.



Fonte: Mapdata@2019google HYPERLINK "mailto:Mapdata@2019google" e. Acesso: janeiro de 2019.

A formação sócio territorial de Itaguaçu da Bahia remete aos anos de 1800, quando as terras que consistem hoje no município recebiam o nome de “Fazenda da Conceição” e pertenciam a família Castelo Branco.

A família Castelo Branco residia em Salvador e quem cuidava de tudo eram os seus empregados. No decorrer dos anos, sem interesse nenhum nas terras, ou por mera negociação, os donos decidiram vendê-las a um português chamado Alberto, que passou a morar na fazenda e controlar os empregados e escravos que lá existiam. Nessa época, era comum os empregados caçarem índios e tentarem escravizá-los e, foi, justamente numa dessas caçadas que encontraram uma índia chamada Felícia, que após “adestramento” e batizado casou-se com o “patrão”, o Sr. Alberto. O casal é considerado na história como os primeiros moradores e primórdios na povoação do município. Alberto e Felícia tiveram 24 filhos que no decorrer dos anos foram povoando diversas localidades da região.

A partir dessa fase começa uma nova história no processo de formação territorial de Itaguaçu, mas especificamente quando as terras das fazendas passam a ser consideradas como povoado e recebem o nome de Tiririca, em homenagem a esposa indígena. Nesse período, o povoado pertencia à cidade de Xique-Xique – BA.

Outro marco histórico transcorreu entre as décadas de 1930 e 1950, quando um quantitativo significativo de pessoas de localidades circunvizinhas ou mais distantes vieram residir no município, visando à fertilidade da terra e acessibilidade aos rios, o que facilitava o desenvolvimento da agricultura.

A maioria das famílias, de pais a filhos, trabalhava na roça no dia a dia, onde todos desenvolviam alguma atividade para garantir o sustento familiar. Como os moradores cultivavam e residiam nas terras, às mesmas eram passadas de geração em geração. “As terras eram do povo, quem chegava pegava a terra e tomava posse. Vivíamos da terra, de roça, naquele tempo a roça dava tudo, chovia muito” (Depoimento, Pesquisa de Campo, 2017).

Existiam famílias que preferiam não trabalhar para si e acabavam vendendo sua força de trabalho nas roças de outros, para receber em dinheiro pelo dia de serviço. Como disse seu Zé, um dos entrevistados dessa pesquisa “teve gente aqui que morreu de velho e não tem um pedaço de roça” (Pesquisa de Campo, 2017).

Nesse tempo havia poucas casas e o lugar era limitado até a Várzea Grande, que hoje é um povoado de Itaguaçu. Existia uma divisão entre os moradores, que se faziam em dois grupos chamados de "Piritéque" e os "Pau-Rodô". Os Piritéque ficavam na parte norte do município e os Pau-Rodô ficavam na parte sul. Essa divisão espacial já revelava algumas relações de poder presente no local. Quem comandava o povoado era um homem conhecido como Capitão Luizinho (descendente do casal Alberto e Felícia) e como Tiririca fazia parte de Xique-Xique, ele acaba governando tudo. Desde ordens simples a mandatos de prisão, tudo

era ele quem decidia, ou seja, detinha o poder sobre o território e as pessoas que ali residiam. Essa lógica de poder centralizada foi um dos pilares da formação sócio territorial de Itaguaçu.

Seguindo os relatos históricos apontados durante as entrevistas foi possível constatar que décadas após essa ocupação inicial (época de Alberto e Felícia), o município de Itaguaçu vivenciou um segundo processo de ocupação sócio territorial, caracterizados pela chegada de diversos comerciantes que ao implantarem suas “vendas/mercados” também iniciaram um processo de compra de várias propriedades de pessoas que residiam pela região. Esse foi um dos marcos da formação das grandes propriedades hoje existentes no município.

Nesta época, início da década de 1960, também ocorreram diversas tomadas de terras de diversos trabalhadores posseiros pelos “senhores do poder” levando aos grupos que foram despejados a serem obrigados a vender a sua força de trabalho aos novos donos das terras. Mas houve também aqueles que não aceitavam essa conjuntura, decidindo fugir para outros espaços.

Trata-se de situações que reafirmam e materializam a permanência da questão agrária no município. Um fato bastante relatado pelos entrevistados foi à forma com a Lei de Terras chegou ao município. Denominada de “medição” quando a lei de terras vigorou em Itaguaçu, os únicos que tiveram condições de ter o título da propriedade foram os grandes posseiros (com alta produção e condições financeiras) ou aqueles que receberam as terras por “heranças”, descendentes de Felícia e Alberto.

Os pequenos agricultores, em sua maioria ex-escravos ou trabalhadores da região que viera morar em Itaguaçu entre as décadas de 1930 e 1950 não podiam fazer a medição (não tinham dinheiro), então eram forçados a abandonar ou vender suas terras por quantias mínimas. Hoje em dia a consequência é clara, a extrema concentração de terras nas mãos de um grupo pequeno de latifundiários (grandes agricultores, dos prefeitos, os nominados “maiorais”, etc). Um cenário que revela diversas contradições, desigualdades e conflitos, por vezes explícitos ou não.

Entre as décadas de 70 e 80 chega da região de Feira de Santana Luis Ribeiro Nunes. O capitão *Luizim I*, que aqui se tornou fazendeiro, político de renome regional e *militar*-capitão de patente comprada. A pequena comunidade passa então a ser Distrito com a denominação de Tiririca, pela Lei Municipal de 28-04-1900, subordinado ao município de Xique-Xique. Se antes da emancipação de Itaguaçu essa já era uma realidade gritante, durante o processo em si, tal cenário foi ainda mais intensificado, em especial nas décadas de 1970 e 1980.

De acordo com as entrevistas, a Vila de Tiririca em 1932 não passava de um toco arruado de casebres, cerca de 80 a 100 de *enchimento*, cobertos de palha da carnaúba, sobrevivendo à duras penas da mandioca, o que sobrou de bodes e cabras, aves, caças e plantas nativas como o imbu e a muncunam. Mesmo com toda crise, a vila foi capaz de influenciar fortemente a política de Xique- Xique. Após a morte de Luizinho Ribeiro Nunes -1930 assume o comando político local o *Cazuzão* (José Peregrino de Souza) que de comerciante passa a ser um dos políticos mais conhecidos da região de Irecê até 1964, ano de sua morte.

De acordo com as entrevistas realizadas, o município de Itaguaçu vivenciou durante essas décadas um terceiro momento de ocupação do território local, caracterizado pela chegada de alguns moradores de Cabrobó – Pernambuco para residir e desenvolver uma plantação de maconha. O desenvolvimento desse plantio atraiu muitas pessoas de fora e também da cidade que consideravam mais “lucrativo” o valor recebido pelo trabalho nas plantações de maconha do que da mandioca, que na época era a cultural mais forte da região.

O aumento de pessoas na cidade e o consumo destas levaram aos comerciantes locais obterem um lucro significativo, levando-os a crescerem seus negócios e adquirir novas porções de terra. Outros trabalhadores também passaram a juntar dinheiro e conseguir comprar novas porções de terra. A cidade começou a se desenvolver e a se popularizar, pois além dos que ali moravam outras pessoas passaram a visitar a cidade.

De certa forma, pode-se dizer que as pessoas de Cabrobó passaram exercer um poder sobre as pessoas e a dinâmica territorial local. Quando a cidade foi emancipada, no ano de 1989, essas famílias ainda se encontravam em Itaguaçu e segundo relatos dos moradores mais antigos das comunidades, estas “contribuíram significativamente” para o desenvolvimento da nova cidade. Foram eles ainda quem financiaram a candidatura do primeiro prefeito eleito da cidade.

Elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 4839, de 24-02-1989, sendo independente de Xique-Xique e constituído distrito sede, e instalado em 01-01-1990. A origem do nome Itaguaçu é Tupi Guarani que significa *Pedra Grande*, uma referência a pedra existente em uma das vias de entrada da cidade, que dá acesso ao povoado de Lages.

4.1 APÓS A EMANCIPAÇÃO, ATÉ OS DIAS ATUAIS

Após a emancipação, a cidade passa a ser caracterizada por outras e novas contradições, as pessoas já não tinham mais as roças como subsistência e a falta de terra aos

camponeses levaram a cerca de 50% da população a trabalhar arduamente nas grandes roças e plantações dos posseiros. Desde esse período nada foi modificado na estrutura de distribuição das terras. Mesmo com a presença de assentamentos, acampamentos e comunidades quilombolas a luta a questão fundiária ainda é bastante preocupante.

A população do Município de Itaguaçu da Bahia desde sua constituição é predominantemente rural, contudo, o contingente demográfico urbano evoluiu de 17,55% em 2000 para 19,67% no Censo do IBGE de 2010 (tabela 1). Nota-se que com toda dificuldade que o governo traz ao homem camponês, ele insiste em ficar na sua localidade, pois esse é um lugar não só de moradia, mas de vivência, de existência, de cultura.

Percebe-se que Itaguaçu da Bahia tem vivenciado nos últimos anos um aumento significativo em sua população. Porém, se de um lado a população aumenta, por outro as ações construídas pelo governo encontram-se cada vez mais escassa. Os níveis de desigualdade aumentam intensamente, a questão agrária se torna mais presente e gritante, os jovens por não ter terra para produzir acabam migrando para as grandes cidades, enquanto as grandes fazendas só aumentam.

A infraestrutura da cidade já obteve algumas melhoras com as ações da prefeitura e do estado, no entanto cerca de 80,33% dos habitantes encontra-se morando em vários dos povoados, assentamentos, e comunidades quilombolas as condições de trabalho e saúde se coincidem na mesma situação. O Município dispõe dos meios de comunicação como: telefonia fixa e móvel, internet na zona urbana e em alguns povoados da zona rural, entre outros.

No que se refere à educação, o município dispõe de 96 escolas, sendo 66 em funcionamento, entre elas, 03 localizadas na zona urbana e 63 na zona rural e 26 que se encontram paralisadas. Entre as quais, 9 estão situadas em área de remanescente de quilombolas na zona rural, 10 em área de assentamento e 1 colégio estadual que oferece o ensino médio. Há também, na sede, 1 pólo universitário onde funciona a Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

No âmbito da saúde existe um hospital e um PSF na sede, nas comunidades funcionam três PSFs e dois postos de saúde satélites. Já o lazer fica por conta das comunidades com apoio dos sindicatos para a realização de campeonatos de futebol.

No que se refere a estrutura fundiária, de acordo com os dados do Projeto GeografAR (2018) sobre a estrutura fundiária dos municípios baianos no ano de 2006, Itaguaçu da Bahia possuía um Índice de Gini (IG) de 0,93 considerada muito forte.

Essa concentração de terras é visível quando observamos no município, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006 a existência de 12 estabelecimentos (representando 0,68% do total) ocupando mais de 67% da área total do município, enquanto que os demais, aproximadamente 99% dos estabelecimentos (cerca de 1.700) ocupam uma área de apenas 33% do total. No caso dos grandes latifundiários, destaca-se a criação de gado, exportação de carne e leite, entre outros. Já os pequenos agricultores, encontram-se espremidos nas comunidades cultivando a mandioca, o milho, andu e o feijão de corda, criam porcos, algumas galinhas e cabras.

Uma realidade e contradição que é reafirmada quando observamos às diversas formas de acesso à terra presente no local: 3 acampamentos com cerca de 97 famílias, 7 assentamentos de reforma agrária com aproximadamente 448 famílias e 4 comunidades tradicionais certificadas enquanto quilombolas, porém nenhuma com o título de regularização territorial (GEOGRAFAR, 2018).

A estrutura fundiária presente em Itaguaçu é resultante do processo histórico aqui brevemente relato e as consequências para a população são variadas e se intensificam a cada ano. A população jovem, por exemplo, em sua maioria tem migrado para as grandes cidades atrás de emprego. Nas comunidades, por falta de terras e condições para produzir os moradores acabam indo buscar empregos em órgãos da prefeitura ou em outras cidades.

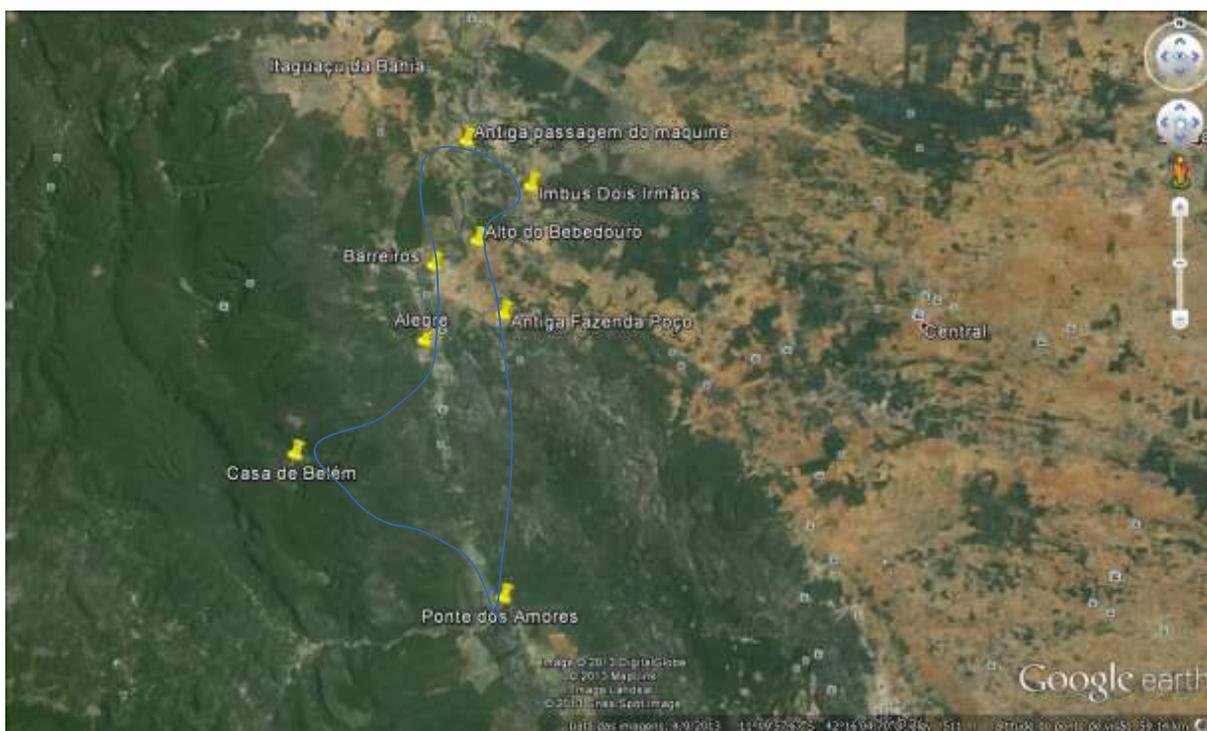
A cultura da agricultura familiar ainda é uma forma de resistência desenvolvida pelas comunidades tradicionais quilombolas, assentamentos e acampamentos. No entanto, segundo relatos dos moradores a cada dia essa luta tem se tornado mais difícil. A cultura local foi outra temática apontada pelos entrevistados como possíveis perdas em decorrência das contradições vivenciadas pelos moradores. Destacam o desfile do Sete de Setembro, considerado o mais bonito da região e que se perdeu no decorrer dos anos. A partir do crescimento da população, a falta de emprego, uma educação de qualidade, lazer entre outros tem levado a população jovem a deixar a cidade. Alguns idosos ainda tentam manter a semana santa, o carnaval, o São João e São Pedro. Não se esquecendo das roças, a festa do milho, da cigana, o cultivo de mandioca que desde os primórdios até hoje é o forte da agricultura Itaguaçuense.

Conforme já pontuado, o município é formado por 03 distritos e aproximadamente 70 povoados, dentre eles 04 são comunidades remanescentes de quilombos: Alegre, Barreiros, Alto do Bebedouro e Cajueiro. A escolha da comunidade do Alegre, enquanto recorte empírico analítico dessa pesquisa é pelo fato de ser umas das comunidades que se encontra mais carente e em contrapartida é umas das comunidades que tem mais tempo de existência, e para reafirmar a questão agrária existente no local, nada melhor que uma comunidade

quilombola, que por muitos anos foi criminalizada, viu seus direitos negados. Porém ali se instala um local de resistência, permanecia e luta.

Na figura 04, apresentamos a área do território quilombola, os pontos destacados em amarelos fazem uma referência a todo o território quilombola, na poligonal aponta o território que está sendo reivindicado, para reconhecimento como território quilombola. Neste está a mais cobiçada área de pesca – na serra do Belém, próximo ao extremo oeste, há 8 quilômetros da pista do Alegre; e a antiga fazenda Poço – atual *assentamento*, um projeto de reforma agrária implementado dentro do território tradicionalmente ocupado. Como se pode ver pela imagem, é na altura da Fazenda Poço que o limite leste do território quilombola cessar de ser *de serra a serra*, pois as serras começam a dar espaço aos roçados de sequeiro das comunidades vizinhas de Forquilha e Zé Vermelho.

Figura 4. Mapa do território quilombola.



Fonte: Googlemaps, 2019.

5 A COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DO ALEGRE E A MATERIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

As comunidades Quilombolas de Alegre e Barreiros estão localizadas na Região do baixo médio do vale do Rio São Francisco na cidade de Itaguaçu da Bahia-BA, onde quase

todos os moradores compartilham algo em comum. A sua descendência de origem africana dos povos escravizados que conseguiram fugir e fundar quilombos nesses lugarejos. A extensão territorial dessas duas Comunidades é desconhecida pela população local, pois os estudos de medição que já foram realizados por órgãos competentes nunca foram compartilhados com os moradores, por isso a dificuldade na exatidão em quilômetros quadrados desses territórios, essas duas Comunidades foram certificadas em conjuntos, Alegre/Barreiros pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 04 de março de 2004.

Nesta pesquisa nos restringiremos à análise da comunidade do Alegre, esta que possui atualmente cerca de cinquenta famílias residentes que em total de habitantes é mais ou menos 150 pessoas, 58% são homens e 42% mulheres. Está concentradas na beira da BA-438 ligando Itaguaçu da Bahia a Gentio do Ouro, o povoado é o mais meridional de todas as Comunidades Quilombola, estando situada a mais ou menos cinco quilômetros ao sul do núcleo populacional de Barreiros. Visivelmente é um dos povoados com maior vulnerabilidade social, esta localizada a 23 km da sede.

A estrutura das casas é precária e, por se situar num leve declive, há relatos de degradação das residências em época de chuva. Os roçados ocupam uma área mínima nos fundos das casas, inadequada e insuficiente para a produção familiar. O Rio Verde corre a um quilômetro do povoado, porém seu acesso é restrito a um pequeno caminho entre as fazendas que constituem o limite leste da comunidade.

Esta Comunidade possui uma história muito rica em resistência do povo preto, servindo de abrigo para muitos escravizados fugitivos da fazenda conceição do senhor Ernesto Augusto Medrado, ocuparam esse território pela facilidade que tinham de obter alimentos, pois sua fauna e flora eram riquíssimas, além de terem água em abundância provindas do Rio Verde. Um dos pontos de encontro desses povos era a baixa dos negros, localizada atualmente em um terreno privado chamada Barragem do Amor, essas redondezas ficam próximas a serra Grota da Vacaria, onde naquela época serviam de esconderijo para que os mesmos escapassem do capitão do mato.

As comunidades de Alegres e Barreiros por serem próximas e estarem certificadas juntas a economia local estão interligadas uma com a outra, sendo a agricultura familiar responsável por quase toda a movimentação econômica desses povoados, onde os agricultores cultivam, feijão, aipim, andu, cebola, pimentão, melancia, abóbora, coentro, milho, banana, mamona e algodão. Havendo também, criação de caprinos, ovinos, bovinos, aves; à produção e a de venda das iguarias feitas pelas mulheres da Associação dos Trabalhadores e

Trabalhadoras Rurais Firmino Pereira Gomes e a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais João Pereira Gomes.

Conforme desenhado no mapa, desde a nascente do Rio Verde no território de Alegre até adentrar as propriedades da Comunidade de Barreiros, todas as terras estão marcadas com o nome de fazendas ou de seus donatários, sendo que em todos estes terrenos o rio corre por dentro deles, ou seja, as terras mais férteis e propícias para o plantio estão nas mãos de uma minoria que muitas vezes são de outras regiões que compram no intuito apenas de explorar os recursos naturais, não trazendo nada para beneficiar esta população pertencente a essas comunidades.

Figura 5. Mapa mental da Comunidade do Alegre produzido pelos moradores.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A falta de demarcação das terras quilombolas impede que as mesmas possam se desenvolver melhor, pois sem a titulação deste território os moradores sofrem não tendo terras para plantar, não conseguindo gerar renda para o sustento da família, sendo que em muitas vezes os agricultores têm que alugar as terras pertencentes aos fazendeiros das Comunidades,

tendo que pagar pelo arrendo 10% da renda gerada na sua produção, caso a produção não dê lucros o agricultor deverá ainda pagar certa quantia ao proprietário da terra. Uma ressalva, toda essa terra é de direito dos quilombolas dessas Comunidades, mais enquanto está demarcação não acontecer os moradores continuarão a sofrer este tipo de humilhação.

A infraestrutura da comunidade ainda é considerada precária, pois a falta de políticas públicas voltadas para as mesmas deixam a desejar, principalmente no que está relacionado à educação, saúde, lazer, cultura, saneamento básico e estradas. A Educação presente no cenário escolar da comunidade por ser certificada enquanto quilombola deveria ser tratada de maneira especial, desde os conteúdos trabalhados até a alimentação dos estudantes, mas nota-se que em nem um momento este decreto já foi cumprido nas escolas locais.

Na comunidade do Alegre há apenas a Escola Firmino Pereira Gomes. Esta possui uma sala de aula, que ensina as séries iniciais, na modalidade multisseriada, tem uma professora para todos os alunos e ela fica responsável por todas as disciplinas. Depois que os alunos completam o fundamental I, migram para a comunidade dos Barreiros para seguir com os estudos.

Figura 5. Imagens da Comunidade do Alegre.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A respeito de saúde, a população da comunidade do Alegre utiliza o PSF existente na comunidade dos Barreiros ou o hospital existente na sede do município. O lazer dentro da comunidade restringe-se a um campo onde os jovens têm a oportunidade de desenvolver atividades.

A comunidade possui também um laço muito forte com a cultura e a religião, sendo algo de suma importância para os moradores, na qual estão tentando resgatar os costumes e tradições de seus antepassados através da dança, peças teatrais, leituras de afirmações das raízes do povo preto, arte, dança e a música.

De maneira geral, a partir das discussões, oficinas e entrevistas realizadas foi possível perceber e evidenciar aspectos presentes da questão agrária local; um pouco do contexto em que a comunidade do Alegre encontra-se inserida; reconhecer histórias e costumes dos povos quilombolas; levantar dados geográficos do território sobre quem são os posseiros da maioria das terras.

A pesquisa também revelou que a maioria do território quilombola está nas mãos de fazendeiros, principalmente no povoado de Alegre, na qual a população quase não possui terreno algum para se plantar, por isso muitos relacionam o baixo desenvolvimento econômico à falta de terras para o plantio.

5.1 A HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE

De acordo com Fernandes, “a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os momentos da história os camponeses lutam para entrar na terra. Lutam contra o cativo, pela liberdade humana” (FERNANDES, 2001, pag.1). Durante a história se tem relatos das mais diversas lutas e resistência dos camponeses para permanecer da terra. Nesses cinco séculos é impossível dissociar as ocupações de terras da intensificação da concentração fundiária. Esse é considerado um dos maiores problemas do Brasil, e o chamamos de Questão Agrária (FERNANDES, p.1. 2001)

Os relatos aqui descritos foram obtidos através de entrevistas, onde os moradores da descreveram aspectos econômicos, culturais locais e compartilharam histórias, vivências, anseios e perspectivas.

Conforme já pontuado, a comunidade do Alegre é certificada junto a comunidade dos Barreiros enquanto quilombola, desde março do ano de 2004 e, desde então encontra-se na luta pelo processo de regularização de seu território tradicional.

Sabe-se que o primeiro morador foi Firmino Pereira Gomes, esse se aquilombou, fugindo das terras da Fazenda da Conceição, onde ali habitavam alguns escravos, então, ele se instalou e constituiu sua família, lá é um território que sempre teve água em abundância, e a terra fértil, ele junto com sua família sobrevivia da agricultura rudimentar, e foram constituindo o território. Outro relato contado pelos moradores refere-se, “a baixa dos negros” localizada onde atualmente se encontra a barragem do amor, que hoje é uma instituição privada. Sabe-se que aquelas foram ocupadas pelos negros que se aquilombavam atrás de refúgio. Mas como a maioria das terras da comunidade, tal espaço também foi ocupado pelos latifundiários tornando-se propriedade privada.

No mapa mental elaborado pela comunidade fica evidenciada a questão agrária quando apenas duas pessoas contêm aproximadamente 90% das terras, enquanto se espreme em poucas terras para viver, produzir, se reproduzir e pôr em práticas suas vivências e culturas. É evidente que as grandes fazendas vem engolindo as terras do pequeno trabalhador, e cada vez mais a oferta de compra para que eles possuam mais território. Pois é assim que eles conseguiram as terras, por compra, o dinheiro nesse momento se torna a peça principal do assunto em questão.

No relatório antropológico parcial feito pelo INCRA no ano de 2013 nas comunidades de Barreiros Alegre e Alto do bebedouro/Dois Irmãos, a estrutura do trabalho busca contemplar os aspectos básicos do conteúdo exigido na Instrução Normativa nº 57/2009 do INCRA, sinalizando os pontos a aprofundar para a posterior versão final do Relatório Antropológico. No tocante à questão especificamente quilombola, o presente estudo aporta-se no percurso. Histórico da categoria de quilombo, detalhado em O’Dwyer (2002) e Almeida (2002). Segundo ambos os autores, o significado de quilombo se atualiza historicamente, na medida em que é legitimada a auto-atribuição desses grupos étnicos. Nesse sentido, priorizando as perspectivas próprias somente verificáveis em contato direto com as populações interessadas, também é enfatizada a pesquisa de campo como caminho mais apropriado para identificação da problemática territorial de cada comunidade (O’DWYER, 2005).

No documento de regularização do INCRA diz que ao chegarem ao território para fazer o reconhecimento eles acreditavam ser o território formado pelas comunidades de Alegre, Barreiros e Alto do Bebedouro, porém durante a reunião se mencionou a comunidade de Cajueiro/Dois Irmãos como também integrante do território quilombola e igualmente interessada no processo, fato informado pelo presidente da Associação Comunitária de Trabalhadores Rurais Quilombolas de Cajueiro/Dois Irmãos, Everaldo de Souza Pereira.

Segundo moradores da comunidade de Alegre, descrito falas na pesquisa de campo, esse não foi um momento apenas de lançamento dos trabalhos, como também o primeiro momento etnográfico efetivo.

O discurso dos quilombolas enfatizou o pleito territorial, em especial na fala dos representantes de Alegre e do Alto do Bebedouro – os povoados com maior carência fundiária. Cislene Ferreira da Silva Gomes, presidente da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Quilombolas Firmino Pereira Gomes, referente à Alegre, declarou: “*precisamos urgentemente da terra para valorizar o trabalho do agricultor*”. Aurélio Félix Tarrão, presidente da Associação Rural dos Trabalhadores Quilombolas do Alto do Bebedouro, relatou que “*o maior problema é a falta da terra*”.

Foi objetivada a necessidade da regularização para a chegada de políticas públicas, e no discurso mobilizado sobressaíram-se as categorias *agricultor, semiárido, fazendeiro*. Esse conjunto permite identificar a organização política formal dos quilombolas de Itaguaçu da Bahia sintonizada com a pauta regional dos movimentos de trabalhadores rurais, destacando dois projetos coletivos: *luta pela terra e convivência com o semiárido*.

Na fala desses representantes mostra a vontade que o povo tem de verem seus direitos alcançados, as comunidades com maior deficiência e maior necessidade de reconhecimento a questão de terras e questão agrária são as comunidades de Alegre e Alto do bebedouro. Como mostra na figura 05 do mapa mental onde o território do Alegre tem uma extensão enorme de terras, mas os pequenos agricultores estão espremidos e se resumem a dividir quatro tarefas de terras para produzir.

No relatório antropológico realizado pela equipe do INCRA, 2013 relata que as pessoas os recebiam com a seguinte frase “*A gente rezou tanto para que chegasse aqui um antropólogo para vir fazer nosso estudo*”, isso mostra a necessidade que as pessoas passam e a ânsia que sentem pela regularização, para que assim possam reafirmar seus direitos.

É possível perceber ainda nesse documento possível pela dramática situação fundiária de ambas as comunidades, que dispõem hoje de uma fração mínima do território tradicional, bem como de acesso bastante restrito ao rio.

No estudo antropológico de 2013 é ressaltado entre as consequências imediatas desse contexto, aponto a nitidez da relevância da regularização fundiária para reprodução física do grupo – já que os efeitos da estiagem são tão mais dramáticos quanto for a concentração fundiária; e a ociosidade relativa dos moradores – já que a agricultura estava paralisada em praticamente toda a área de sequeiro, provocando tanto o empobrecimento acentuado da população como maior disponibilidade – e interesse – para a pesquisa. Nesse trecho é visível

que o sistema não quer ceder os direitos da população e usam de todos os artifícios para que não tenham a terra reconhecida.

Mesmo sendo certificada pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2004, o processo de demarcação das comunidades quilombolas de Alegre, Barreiros, Cajueiro e Bebedouro só tiveram início no ano de 2013, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão que era competente na demarcação de terras foi cobrado por parte dos representantes das Comunidades para iniciar o processo da demarcação do território local e enviou uma equipe composta por um antropólogo, uma historiadora, um biólogo e dois técnicos especializados para que fossem realizados os primeiros estudos antropológicos dentro das mesmas. Essas quatro comunidades antes de sua certificação e do processo de demarcação eram separadas, mais após a visita e todos os trâmites legais do (INCRA) as quatro comunidades resolveram se unificar, tornando-se assim um único território quilombola.

Segundo o senhor Raul, morador da comunidade de Barreiros e Ex-líder da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Quilombola João Pereira Gomes.

Os primeiros a fazer esse enfrentamento foi o senhor Valdir ex-presidente da Associação (TTRQJPG) e ele próprio, depois foram seguidas pelos atuais representantes das Associações locais: Marilza pereira, Cirlene, Everaldo e Aurélio. esse processo de demarcação praticamente parou, porque necessita que as pessoas da comunidade se engajem na luta e na cobrança de seus direitos... Eu conheço os órgãos que são responsáveis por este processo e trabalhei ativamente no desejo de trazer melhorias para dentro de Alegre e Barreiros, mas ninguém mim reconhecem aqui dentro, mais fora daqui sou reconhecido e admirado por muitos {...} O que falta nas pessoas da comunidade é se alto reconhecer como quilombolas e unirem-se mais (Relatório Antropológico, de 2015).

Ainda nas falas do senhor Raul: “Após a unificação das Comunidades quilombolas o processo de demarcação ficou mais complicado, pois agora não estamos falando apenas de uma Comunidade e sim das quatro localidades que se juntaram cada uma com formas de pensamentos diferentes” (Relatório Antropológico, de 2015). Logo, qualquer decisão deve ser tomada e analisada em conjunto, na qual muitas vezes os objetivos se se divergem, prejudicando todas as comunidades envolvidas.

A existência da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Quilombolas Firmino Pereira Gomes, que constitui a representação política da comunidade é um espaço de resistência e traz um histórico de lutas a favor da comunidade, sendo liderada por representantes negros, que se aquilombaram e acreditavam num futuro melhor, numa vida digna para seu povo, onde as pessoas pudessem praticar suas crenças e culturas.

Esta associação foi fundada pelo morador Miguel Ferreira, em 1984 e segundo relatos dos moradores locais ele foi uma pessoa que lutava por direitos, abriu essa associação no intuito de que a comunidade se organizasse para que juntos conseguissem conquistar seus direitos e melhorar de vida. Alguns anos após Sr. Miguel adoeceu e não pode mais liderar a associação, então um grupo de mulheres se juntaram e formaram a associação com outro nome, e de início só aceitavam mulheres, para que o Sr Miguel não se sentisse ofendido. Depois da sua morte, as mulheres junto com a comunidade abriram as portas para todos que ali residiam, e hoje são 32 associados entre homens e mulheres, eles fabricam produtos processados beiju e bolacha de goma, e os *in natura*, andu, feijão-verde, alface, quiabo, maxixe, e melancia. A associação tem quatro tarefas de roça, onde as 32 pessoas se dividem nas pequenas plantações. Eles têm parceria com a CONAB (escreva o significado) e vendem os produtos para a mesma.

A invisibilidade da comunidade do Alegre se materializa desde a questão da água, educação, saúde, infraestrutura básica, saneamento básico, lazer etc. Tais dados reafirmam e materializam a permanência da questão agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões expostas nesse texto remetem a compreensão das distintas formas com que a questão agrária se materializa/confirma historicamente no município de Itaguaçu da Bahia. Em tempos anteriores não se faziam necessário essa discussão, pois acreditavam num processo de povoamento pacífico e que a situação atual do município não tinha vinculação com seu processo histórico de formação sócio territorial.

Nesse sentido, destaca-se o grande interesse que a população tem sobre o histórico da cidade, principalmente os mais idosos que mostraram entusiasmo ao participar da pesquisa. Poder articular fatos da história do país, do estado e do município levou aos entrevistados a novas reflexões sobre as questões vivenciadas atualmente em suas comunidades. Entender o contexto histórico a partir da questão agrária é tornar-se um ser crítico, com capacidade de opinar e olhar para a realidade, não apenas meramente, mas sim com um olhar de entendimento e poder saber onde e quando seus direitos foram negados, onde está a origem de tanta contradição e desigualdade, etc.

As pesquisas realizadas para a construção desse trabalho nos possibilitaram compreender o processo de povoação e emancipação da cidade de uma maneira diferente, em especial no que se refere ao histórico de contradições e desigualdades vivenciadas pela

população camponesa de Itaguaçu, que por vez reafirma a existência e permanência da questão agrária. As discussões e análises realizadas nos levaram a observar que a questão agrária no município de Itaguaçu se reafirma/ materializada fortemente na atualidade, em especial no âmbito das comunidades quilombolas, a destacar na Comunidade Tradicional Quilombola do Alegre.

O histórico de exclusão, invisibilidade, contradições e desigualdades vivenciadas historicamente pela Comunidade Quilombola do Alegre nos permitem observar parte desse processo. A luta e resistência da comunidade na busca e defesa de seus direitos também consiste num aspecto observado e que merece destaque.

A esta comunidade são negados direitos básicos e ao fim desta pesquisa é possível compreender a permanência da questão agrária e, nessa perspectiva o quanto e onde seus direitos foram negados.

Acredito que esta pesquisa também possibilitou compreender o papel de um educador do campo, pois além de visualizar a permanência da questão agrária, conseguir desenvolver a troca de conhecimentos e, por conta disto, as pessoas da comunidade hoje se sentem seres mais críticos e capazes de indagar sobre as contradições existentes na sociedade. Hoje as pessoas entendem que o que elas recebem não é esmola e sim direito, direito este, que deveria ser garantido a cada pessoa que vive naquela comunidade. Pois deles foram tirados os direitos de manifestarem até sua religião, sua crença e, principalmente, aceitar imposições de pessoas externas que só agem a favor do capital (políticos, fazendeiros, etc.).

A exploração é visível, pois eles não tem o direito nem de entrar num território que é seu por direito, eles foram tirados da sua terra para servirem em um lugar estranho, e nesse lugar não havia direitos, nem terra, nem vida, a cultura não era sua cultura. Todos esse histórico reflete nos dias de hoje em desigualdades, porém reflete também em resistência, pois esses povos são a resistência cotidianamente. E essas resistências começam nos pequenos espaços.

Como educador do campo entendemos que a luta não para, ela está apenas começando, esse é o início de uma pesquisa que precisa ser continuada, pois ainda há muitos pontos a serem debatidos. Com isso, compreendo também que não seremos capazes de mudar o mundo, mas o primeiro passo foi dado, e é nas pequenas comunidades, nos pequenos grupos que a Educação do Campo se faz, pois é assim que o educador deve trabalhar, visando a melhoria de sua comunidade e entender que é por ela que começamos.

Por fim, ressaltamos a importância de pesquisas e ações que possibilitem os moradores de Itaguaçu discutirem a questão agrária, temática por diversas vezes “negligenciada” pela população local.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos R; BORGES, Maristela C. **Pesquisa participante: um momento da educação popular**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participativa**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRA, Stedile. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional**. SCRIBD. v.1 2000

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, número 1, ano 90. Editora Vozes. Petrópolis, 1996.

GERMANI, Giumar. **Questão agrária e movimentos sociais: A territorialização da luta pela terra na Bahia**. Feira de Santana: UEFS. v. 1 2010

GERMANI, Guiomar. **A questão Agrária na Bahia: Permanências e Mudanças**. In: Espaço e tempo. Complexidades e desafios do pensar e do ser geográfico. Curitiba: ADEMAN, 2009.

GERMANI, Gilmar. **Cuestión agrária y asentamiento de poblacion em el érea rural: la nueva cara de la luchapo la tierra**. Bahia Brasil (1964-1990). Tese de Doutorado. Facultad Geografía e hiatória. Universidad Barcelona, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Estrutura agária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ªed. Rio de Janeiro: paz e terra, 19977.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 4ªed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1990

LIMA, Silvana Lucia da Silva; FREITAS, Gisélia Marcedo Cardoso. **Licenciatura em Educação do campo UFRB: Práxis pedagógicas e outras possibilidades dos saberes acadêmicos**. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_7/7-015.pdfhttp://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_7/7-015.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Raízes na migração: des-territorialização e redes sociais.** Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2009. Disponível em www.bocc.ubi.pt. Acesso em 20 de Fev. 2011.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método Fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MUYLAERT, Camila Junqueira. **Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa.** Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdfhttp://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

PEREIRA, Luiz. **O novo modelo brasileiro de desenvolvimento.** Salvador, revista dados v.14

SANTOS, Milton. **Atlas Nacional do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

VESPÚCIO, Américo. **Novo Mundo.** Cartas de Viagens e Descobertas. Porto Alegre: LePM. 1984.